

PROJETO DE LEI N.º 4.308, DE 2025

(Do Sr. Tião Medeiros)

Altera a Lei no 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para dispor sobre a obrigatoriedade de aviso ao usuário do emprego de ferramentas de inteligência artificial em aplicação de internet.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-2338/2023.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. TIÃO MEDEIROS)

Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para dispor sobre a obrigatoriedade de aviso ao usuário do emprego de ferramentas de inteligência artificial em aplicação de internet.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.	7 °	 •••••	 •••••	•••••	 	 •••••	•••••
•••••		 •••••	 		 •••••	 •••••	

XIV – ser informado do uso de ferramentas de inteligência artificial quando de seu emprego em aplicação de internet." (NR)

"Art. 21-A. O provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros deverá exibir o aviso de que trata o art. 23-A quando, após o recebimento de notificação de usuário, verificar que aquele conteúdo foi criado ou alterado com o auxílio de ferramentas de inteligência artificial.

Parágrafo único. O provedor deverá habilitar canal gratuito para a notificação por parte de qualquer usuário e publicar o procedimento utilizado para a verificação." (NR)

"Seção V





Art. 23-A. É vedado ao provedor de aplicação de internet não informar, ocultar, omitir ou mascarar o emprego de ferramenta de inteligência artificial em sua aplicação e interação com o usuário.

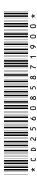
- § 1º O provedor deverá exibir aviso claro e acessível ao usuário de que a aplicação utiliza inteligência artificial para o seu funcionamento, quando da instalação do aplicativo e na sua primeira execução pelo usuário, bem como quando o conteúdo gerado pela aplicação for criado ou modificado por essas ferramentas.
- § 2º O aviso de que trata o § 1º deverá ser exibido de maneira simples, clara, acessível e adequada ao entendimento de crianças e adolescentes, pessoa idosa e pessoas com deficiência, conforme o caso.
- § 3° O descumprimento deste artigo configura publicidade enganosa, sujeitando o infrator, além de eventuais penalidades administrativas, civis ou penais, às sanções previstas na Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)." (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem por objetivo estabelecer, no ordenamento jurídico brasileiro, a obrigatoriedade de que plataformas digitais, aplicações tecnológicas, sistemas automatizados ou quaisquer meios de interação que utilizem inteligência artificial (IA) e que realizem comunicação com seres humanos, informem de forma clara, contínua e acessível que a interação se dá com um sistema não humano.





A proposição encontra fundamento na necessidade assegurar a transparência das relações digitais, proteger o consumidor frente ao avanço da automatização algorítmica e garantir o respeito aos direitos fundamentais, como a dignidade da pessoa humana, o direito à informação, à autodeterminação informativa e à liberdade de escolha.

Com a crescente utilização de sistemas de IA em serviços de plataformas de vendas, atendimento ao consumidor, sistemas recomendação, assistentes virtuais e outras formas de interação automatizada, observa-se a emergência de riscos éticos, informacionais e jurídicos, especialmente quando tais sistemas não se identificam como agentes artificiais, induzindo o usuário ao erro quanto à sua natureza e à confiabilidade de sua atuação.

Ocultar ou dissimular que se trata de uma inteligência artificial compromete não apenas a autonomia do consumidor, mas também atinge os princípios de boa-fé, confiança legítima e simetria informacional, pilares das relações de consumo estabelecidos no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

Ademais, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) reforça o princípio da transparência e autodeterminação informativa, que exige que o titular de dados tenha ciência clara dos processos e agentes com os quais interage, especialmente quando seus dados são tratados por sistemas automatizados, o que inclui decisões baseadas em algoritmos.

É dever do Estado brasileiro assegurar que a revolução tecnológica em curso ocorra com respeito aos valores constitucionais e à proteção da população, especialmente dos mais vulneráveis, que podem ser enganados ou induzidos a comportamentos indevidos por sistemas que simulam linguagem e emoções humanas.

Por fim, a obrigatoriedade de identificação de sistemas de IA representa medida simples, de baixo custo, mas de grande impacto social, jurídico e institucional, contribuindo para o fortalecimento da confiança nos ambientes digitais e para a regulação eficaz de novas tecnologias emergentes.



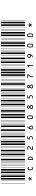


Ante o exposto, e ciente da relevância do tema, conto com o apoio dos nobres Parlamentares para aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado TIÃO MEDEIROS

2025-8077







CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:201404-23;12965
LEI N° 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199009-11;8078

г	
	FIM DO DOCUMENTO
	T IIII DO DOCCINEITO